RevistAleph

MULHERES NEGRAS DE TERRITÓRIOS PERIFÉRICOS REEXISTINDO COLETIVAMENTE

BLACK WOMEN FROM PERIPHERAL TERRITORIES REEXISTING COLLECTIVELY

Janete Nazareth Guilherme[1]

Fabio Sampaio de Almeida[2]

RESUMO

O estudo das mulheres negras na sociedade brasileira demanda uma análise que supere visões generalistas de gênero ou raça isoladamente. Segundo Collins (2020), compreender a condição da mulher negra implica reconhecer a interseccionalidade como dimensão amplamente debatida por intelectuais negras no Brasil. Dentre elas estão Lélia Gonzalez e Sueli Carneiro, que defendem uma perspectiva interseccional enquanto importante ferramenta analítica para identificar as desigualdades sociais vivenciadas por esta parcela das mulheres. Este ensaio propõe discutir como as mulheres negras vivenciam opressões estruturais simultâneas, ao mesmo tempo em que produzem saber e resistência organizadas em coletivos, reconfigurando sua existência, a partir da educação popular com foco no Coletivo Mulheres do Salgueiro, na cidade de São Gonçalo/RJ.
Palavras-chave: interseccionalidade; educação popular; mulheres negras.

ABSTRACT

The study of Black women in Brazilian society demands an analysis that transcends generalist views of gender or race in isolation. Understanding the condition of Black women implies recognizing intersectionality (COLLINS, 2020), a dimension widely developed by Black intellectuals in Brazil, such as Lélia Gonzalez and Sueli Carneiro, among others who advocate for an intersectional perspective as a crucial analytical tool for identifying the social inequalities experienced by this group of women. This essay proposes to discuss how Black women experience simultaneous structural oppressions, while at the same time producing knowledge and resistance organized in collectives, reconfiguring their existence through popular education, focusing on the *Coletivo Mulheres do Salgueiro* (Women of Salgueiro Collective), in the city of São Gonçalo/RJ.
Keywords: intersectionality; popular education; Black women.

[1] Pedagoga e especialista em Educação pela UFF (Universidade Federal Fluminense), mestranda do Programa de Pós-Graduação em Relações Étnico-Raciais, do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca, CEFET/RJ, jnazareth@id.uff.br. https://orcid.org/0009-0001-9585-9306

[2] Doutor em Linguística Aplicada (UFRJ), professor do Centro Federal de Educação Tecnológica Celso Suckow da Fonseca (CEFET/RJ), fabio.almeida@cefet-rj.br https: https://orcid.org/0000-0002-1710-352X

PARA ALÉM DA INVISIBILIDADE - MULHERES NEGRAS E A REESCRITA DA HISTÓRIA

Ao longo de uma trajetória de militância, constituí-me como uma mulher negra, reconhecendo minha identidade política. Isto se deu com minha participação no movimento social, onde a educação popular aparece como uma importante ferramenta de transformação. Conforme Gomes (2017), foi a luta do Movimento Negro, junto com outros movimentos sociais, que agiram social e politicamente para reconstruir nossa identidade, denunciando e transformando a realidade de opressão e violências vivenciadas pelo povo negro em nosso país.

Com efeito, a justificativa para escolha do tema de pesquisa se deu primeiro nesse campo social e pautada em uma abordagem fundamentada na perspectiva histórica, investigando o racismo no Brasil, sobretudo, ao mapear suas consequências na vida das mulheres negras periféricas, com suas peculiaridades, bem como a compreensão sobre como tal fenômeno atinge, ainda hoje, as estruturas de nossa sociedade.

> [...] é preciso notar que o racismo é algo tão presente em nossa sociedade que muitas vezes passa despercebido, configurando-se na naturalização do racismo em piadas; na ausência do protagonismo de corpos negros nas mídias; nas diversas formas de violência, na contínua exploração do capitalismo, principalmente na vida das mulheres negras (Ribeiro, 2019, p. 38).

De acordo com a nossa história, as mulheres negras eram majoritariamente trabalhadoras escravizadas nas lavouras, sofrendo a mesma violência que os homens no que diz respeito ao uso da força e de sua capacidade de produtividade, aspectos fundamentais naquela época. Acrescido a isso, “as mulheres sofriam formas diferentes de violência, eram vítimas de abusos sexuais e outros maus-tratos bárbaros que só poderiam ser infligidos a elas, reduzidas exclusivamente à condição de fêmeas” (Davis, 2016, p. 24). Enfim, eram consideradas “reprodutoras” e seus filhos vendidos como mercadorias.

Dessa forma, pautado no sistema de opressão estruturante, o racismo atravessa décadas, com a negação da história do povo negro e seus direitos, com o apagamento da produção cultural negra e da produção de conhecimento, sendo essa considerada também uma forma de genocídio. Esse ensaio é fruto da minha pesquisa de mestrado, carregada de valores sociais do povo negro, sendo uma maneira crítica de contrapor o olhar social

colonizador dos intelectuais brancos que marginalizam e estigmatizam, principalmente, os conhecimentos e a intelectualidade de mulheres negras - “[...] um olhar colonizador sobre nossos corpos, saberes, produções” (Ribeiro, 2020, P. 34). Como se nossos corpos negros femininos e conhecimentos fossem passíveis de ainda ter um dono, que não sejamos nós mesmas.

Em sua obra *O Genocídio do Povo Negro Brasileiro*, Abdias Nascimento (2016), já discursava sobre como o genocídio é todo meio de aniquilação de um povo, em diversas formas, seja ela moral, cultural ou epistemológica. Dentro desse processo de aniquilação, nossa sociedade ainda nega a contribuição do povo negro na constituição de nossa nação, especialmente a das mulheres negras, que se deu através das diversas manifestações culturais, ainda tão presentes em nosso dia a dia; tais como: a culinária, a religiosidade e os aspectos ligados às artes. Assim, o processo de colonização continua acontecendo, além da dominação que já conhecemos. Pois ela é dominação de uma epistemologia que suprime outras formas de saber próprias de povos e nações colonizadas.

Uma pesquisa realizada pelo Instituto Geledés/2016 revelou que apenas 3% dos docentes da pós-graduação são doutoras negras. Em contrapartida, o grupo com maior representação na docência de pós-graduação, é o de homens brancos com doutorado: são 13.198, o que representa 24%, salientando assim, os modos como esse processo de colonização seguem ocorrendo. Há a validação do conhecimento produzido por autores, homens héteros brancos e europeus, estabelecendo um modelo de “padrão de intelectualidade” (Carine, 2025, p.20), que desconsidera e desvaloriza a multiplicidade de identidades, línguas e expressões artísticas do Sul Global em um processo de homogeneização contínuo, no qual a globalização tem por referência o Norte Global, reproduzindo as desigualdades sociais sistematicamente.

Neste sentido, a educação popular emerge como ferramenta de transformação social, articulada por movimentos que promovem intervenções no Estado e a construção de políticas públicas de igualdade racial (Gomes, 2017). Neste sentido, esse ensaio tem a ver com minha história e a de tantas outras mulheres invisibilizadas pela sociedade patriarcal, fazendo emergir em mim uma *teórica feminista negra* que sobrevive a episódios de racismo

diariamente em uma sociedade que tenta invisibilizar nossa existência, continuamente, com diversas formas de violência e opressão.

É necessário ter clareza que "as questões específicas que afligem as mulheres negras permaneciam relegadas dentro dos movimentos porque nenhum movimento social iria ou poderia abordar sozinho todos os tipos de discriminação que elas sofriam" (Collins, 2021, p. 19), ou seja, é necessário compreender como os sistemas de poder se cruzam e se moldam continuamente, operando nas categorias de raça, classe, gênero, sexualidade, idade e etnia, se sobrepondo, entrelaçando opressões variadas em um mesmo corpo feminino negro. Nessa perspectiva, utilizei o conceito de interseccionalidade de Collins (2020), associando a outros conceitos pertinentes para investigação da pesquisa.

1 O PAPEL DA MULHER NEGRA NA CONSTITUIÇÃO SÓCIO-HISTÓRICA DO BRASIL

Historicamente, somos uma sociedade marcada por desigualdades estruturais, reflexo desse passado colonial e escravista. Sendo o último país das Américas a abolir a escravidão, o Brasil não implementou medidas de reparação ou apoio aos libertos, o que consolidou um processo de exclusão social persistente, onde a figura da mulher negra é colocada na base da pirâmide social de nosso país até a contemporaneidade.

Suportando o fardo da opressão do sistema escravista, as mulheres também foram fundamentais no processo de combate à desumanização em que viviam, ao estarem envolvidas em episódios de fuga dos cativeiros, rebeliões, sabotagens e envenenamento de seus senhores, lutando pela liberdade e pela sobrevivência. "As mulheres negras resistiam e desafiavam a escravidão o tempo todo" (Davis, 2016, p. 36). Assim, se posicionavam, contrapondo a violência e opressão em que viviam, em posição de luta pela liberdade, ao lado dos homens escravizados.

Podemos afirmar que essa realidade tem uma herança hereditária, onde as mulheres negras e suas filhas vivenciam essa realidade sistematicamente, havendo uma renovação dos ciclos de exploração e violência, por consequência das condições materiais pela falta de oportunidade e pela baixa escolaridade.

Compreender essa realidade é também refletir o papel da mulher negra na constituição de nossa sociedade, compreendendo a condição histórica de exploração e desamparo vivenciado por essas trabalhadoras, principalmente no mercado de trabalho.

Pois, se no passado eram as mucamas ou as escravas de dentro da casa grande ou da lavoura, se transformaram em empregadas domésticas ou serventes, sem garantia de direitos trabalhistas ou seguridade social. Dessa forma, o racismo muda o *modus operandi*, mas mantém e naturaliza as condições precárias de trabalho dessas mulheres desde o período colonial.

No texto "Trabalhadora Negra, Cumè que fica?", Gonzalez (2021, p. 199) afirma: [...] por essas e outras é que a mulher negra permanece como o setor mais explorado e oprimido da sociedade brasileira, uma vez que sofre discriminação (social, racial e sexual)". Lélia Gonzalez foi uma intelectual negra que denunciou em sua obra a exploração econômica, sexual e social que atravessa as mulheres negras, mostrando como o racismo e o sexismo, que as coloca em posição de subalternidade, muitas vezes na esfera do trabalho doméstico, desafiou a ideia de que esse cenário de exploração e violência é uma escolha natural dessas mulheres.

Geralmente, essas mulheres dormiam no trabalho, raramente indo em casa, algumas eram proibidas de circular por determinadas partes da casa ou comer a mesma comida dos patrões, reencenando a relação da casa grande e da senzala, um trabalho análogo à escravidão. Nas construções mais antigas ainda temos aqueles cômodos minúsculos, medindo em média de 2x2, considerado o local de repouso ou quarto de empregadas, ou seja, as mucamas da contemporaneidade.

Outro livro importante para esse debate é "Eu, Empregada Doméstica: a senzala moderna é o quartinho de empregada", da autora Joyce Fernandes, também conhecida como Preta Rara, publicado em 2019, traz relatos dela e de outras mulheres negras que desempenhavam o serviço de empregada doméstica, vivenciando as mesmas angústias, preocupações, humilhações e opressões características de uma relação escravocrata, que ainda se reproduz nas relações de trabalho do sistema capitalista.

Neste sentido, é possível compreender que o Estado Democrático de Direito é omisso e falho quando se trata dos direitos das empregadas domésticas atualmente. Muitas mulheres ainda tiram o sustento de suas famílias neste tipo de atividade laboral, agora não mais dormindo no emprego, mas ainda com baixos rendimentos, com horas excessivas de deslocamento, sem direitos trabalhistas.

Ao observar o relatório "Desigualdade S.A" (Oxfam, 2024) constata-se que a porcentagem de 63% da riqueza nacional está concentrada em apenas 1% da população. Essa concentração possui marcadores raciais nítidos: a elite econômica brasileira não é negra. Tais disparidades comprometem a integração social e impedem o acesso a direitos fundamentais como saúde, habitação e educação, afetando dramaticamente as populações periféricas, em especial as mulheres negras.

O que nos leva a refletir sobre as questões que envolvem o papel da mulher negra periférica na sociedade brasileira, quer seja em sua dimensão sócio-histórica ou (re)pensando as abordagens e concepções de gênero, classe e raça, em um contexto histórico e epistemológico, em que se constituem suas identidades. Segundo Freire (2013): somos sujeitos que constroem a si mesmo e o mundo. É notória a relevância do papel da mulher na construção identitária de nosso país.

A interseccionalidade enquanto ferramenta analítica pode dar conta de explicar como a trama sistemática de opressão se dá na vida das mulheres negras e periféricas. Pois os marcadores sociais (raça, gênero, classe, sexualidade, deficiência e território) ao se cruzarem, interferem mutuamente na vida dessas mulheres. Ao analisá-las no mercado de trabalho, conforme já vimos, é notório que a realidade de uma mulher branca cis é completamente diferente de uma mulher negra trans, por exemplo, sendo esta influenciada pela sobreposição de machismo e de racismo. É crucial a formulação de políticas públicas, justiça social e estudos de direitos humanos para combater essas estruturas de poder e opressão, que produzem desigualdades específicas.

2 A MULHER NEGRA ENTRE O DESAMPARO E A RESISTÊNCIA

Em 2022, o Brasil tinha cerca de 11 milhões de mães solo, de acordo com a pesquisa da Fundação Getúlio Vargas (2023). Esse número representa um aumento de cerca de 17% em uma década, pois, em 2012, eram 9,6 milhões. O número de mães solo pretas e pardas foi o que mais cresceu no período, passando de 5,4 milhões para 6,9 milhões. Nesta estrutura de sociedade, recai sobre elas toda a responsabilidade econômica e o cuidado com os filhos, tendo ainda uma sobrecarga emocional e, por vezes, ausência de rede de apoio.

Esses dados revelam a realidade de mães solo brasileiras, sendo as negras e pobres as mais afetadas pelo racismo, o sexismo e o classismo, enquanto formas de opressão, que se

cruzam frequentemente, e interagem de forma complexa, reforçando a desigualdade, preconceitos e estereótipos, ressaltando e naturalizando a ideia de superioridade por parte de outros grupos da sociedade.

Como os efeitos dessa interseccionalidade (Collins, 2020) afetam as mulheres negras nos seus direitos e oportunidades, seja na criação dos filhos, no mercado de trabalho, ou na construção de sua subjetividade, buscando compreender como há avanços e retrocessos na luta pela emancipação feminina negra. Neste sentido, é necessário entender a dimensão filosófica e epistemológica desse conceito para além dos marcadores sociais. Para a referida autora, as opressões formam um sistema orgânico (a Matriz de Dominação), não operam de forma isolada, mas também se constroem mutuamente, ou seja, ao mesmo tempo em que o capitalismo (classe) usa o racismo para baratear a mão de obra, por sua vez, o patriarcado (gênero) usa para invisibilizar e precarizar o trabalho doméstico, que tem sido protagonizado, sobretudo, pelas mulheres negras ao longo do tempo.

Na dimensão epistemológica do conceito, Collins (2020) afirma que quem está na base da pirâmide enxerga mais: os grupos intersectados (mulheres negras) desenvolvem uma consciência crítica que as elites não conseguem, pois, essas mulheres vivem opressões que as mulheres brancas não vivenciam.

Por isso elas podem entender melhor as regras de dominação e opressão, que só vão acontecer se as mulheres tiverem a oportunidade de produzir uma epistemologia emancipatória, que vai exigir uma luta política, onde a libertação de um, seja também do outro. Assim, entender hoje como se dá os processos formativos de mulheres, organizadas coletivamente é ter a dimensão do conceito de interseccionalidade, na dimensão filosófica e na epistemológica, colocando o perfil da mulher negra periférica, enquanto agente da transformação.

Neste sentido, é necessário fazer um regaste histórico para refletir como a luta dos movimentos sociais foi fundamental para a emancipação de mulheres negras. O movimento da chamada segunda onda do feminismo, com início na década de 1950 e perdurando até os anos 1990, focou na libertação, além da emancipação, contestando a submissão feminina e buscando igualdade salarial, direitos reprodutivos, liberdade sexual e o fim da violência doméstica. Segundo Souza e Araújo (2018, p. 3), “na segunda onda começou-se a ampliar as

pautas do movimento feminista, dessa forma uniu vários grupos de mulheres". Atualmente há vários grupos e coletivos de mulheres, como o Coletivo Mulheres do Salgueiro, atuando pela emancipação de mulheres negras, agora com novas demandas sociais e políticas.

Refletir sobre direitos humanos, principalmente das mulheres, era algo que mexia e mexe muito comigo, me alimenta a alma. Aquela mulher que viveu o inferno humano para cuidar sozinha de duas filhas, renovou suas forças e quis com que outras mulheres não tivessem que percorrer um caminho tão duro e solitário, mas junto com outras mulheres para pensar a emancipação feminina negra coletivamente, ou seja, aquilombar, como nos ensinou Abdias Nascimento (2019).

Adentrando a história do feminismo negro brasileiro podemos observar vários avanços fundamentais, para isso tivemos e temos algumas ativistas de referência, como: Lelia Gonzalez, Beatriz Nascimento, Sueli Carneiro, entre outras que pavimentaram o chão para que chegássemos até aqui, com a pauta da construção de marco civilizatório que reconheça a especificidade da mulher negra na sociedade brasileira. Que não apenas reconheça e a valorize na construção da nossa sociedade, mas que garanta direitos.

Ainda temos lutas a serem travadas pelo feminismo negro, e a necessidade de expandir esse debate entre as mulheres negras para que a emancipação seja algo real e democrático, com políticas públicas eficientes para atender as demandas desse seguimento da sociedade. Recordo que a menina que subia em árvores (eu) não entendia nada sobre feminismo, a mãe solo que fui, também não, e afirmo que isso ainda acontece com muitas mulheres negras.

Ao elaborar essa narrativa, vejo o quanto há na militante que sou, na mãe solo trabalhadora que fui; que mergulhou no movimento social e na sua formação acadêmica para, enfim, me constituir como a pesquisadora de hoje. Usando uma licença poética: as águas se tornaram grandes, impetuosas, tirando tudo do lugar para que o meu percurso fosse realizado e pudesse chegar aqui, usando as palavras para ressignificar a minha existência.

Abro neste momento um diálogo com a autora Spivak (2014), no polêmico texto "Pode falar o subalterno?". Originalmente publicado em inglês em 1988, e traduzido para o português em 2010. A autora, indiana, influenciada por uma cultura milenar, na qual um sistema de castas ainda é vigente, se refere à realidade cultural fazendo críticas. Afirma em

sua obra que subalterna é aquela que além de não ser ouvida, especialmente as mulheres pós-coloniais, também não é lida, mesmo que ocupando seu lugar social. Essa realidade também se aplica em nosso país.

Neste sentido, as mulheres são silenciadas pelo patriarcado e pelo colonialismo, sendo a questão de gênero um elemento de representação fundamental nos mecanismos de poder dominantes. Assim, as mulheres negras e periféricas, além de oprimidas, não possuem lugar no mundo globalizado; são marginalizadas e não possuem voz ou representatividade, em decorrência do status social.

Por isso, esse ensaio descortina como as mulheres negras periféricas organizadas coletivamente, trabalhadoras com pretensões formativas para si e para outras mulheres dentro da estrutura do capitalismo buscam estabelecer novos modos de existir.

A pesquisa revelou que a experiência do Coletivo Mulheres do Salgueiro, inicialmente, era uma ação para geração de trabalho e renda, que retirasse as mulheres da situação de vulnerabilidade social. Mas, ao longo do tempo, a lógica foi reestruturada, conectando conceitos que seriam importante para a sobrevivência dessas mulheres: refletir sobre o papel da mulher na sociedade e sobre as variadas formas de violência, promover espaços de interações sociais onde havia uma produção de epistemologia que exercia o "denunciar e anunciar" Freire (2000).

Assim sendo, nas rodas de conversas, as mulheres passam a dialogar sobre temas que contribuem para a produção de novos conhecimentos dos aspectos da vida, criando estratégias para enfretamento ao racismo, unindo–se para manterem-se vivas e desocultando as injustiças sociais que ainda reiteram as desigualdades históricas de nosso país.

É desse lugar de fala (Ribeiro, 2020) que nos faz compreender o lugar social ocupado pelo corpo pobre, negro, feminino, indígena, LGBTQIA+; que nos faz sobreviver as angústias causadas pela vulnerabilidade social e ambiental que enfrentamos diariamente.

Lutando contra o estereótipo da "mulher forte" que tudo suporta, criticado por Akotirene (2019) como uma herança colonial, urge dar visibilidade às estratégias de resistência das mulheres periféricas. Pois, ao considerar uma análise interseccional, podemos identificar que a experiência de uma mulher negra periférica difere radicalmente das pautas

do feminismo hegemônico branco (hooks,2013). Desse modo, as mulheres negras precisam se organizar coletivamente para superar os desafios do racismo estrutural na contemporaneidade.

3 Considerações Finais

A investigação sobre a trajetória das mulheres negras na constituição sócio-histórica do Brasil revela que a invisibilidade e a precarização não são acasos, mas projetos políticos de um passado colonial permanente e que se renova. Fica evidente que a transição da "mucama" para a "trabalhadora doméstica" contemporânea, denunciada por Lélia Gonzalez (2021) e Joyce Fernandes (2019), bem como o dado alarmante de quase 7 milhões de mães solo negras e pardas no país, representam a manutenção de uma estrutura que insiste em manter o corpo feminino negro na base da pirâmide social do nosso país, reproduzindo os modos operantes do racismo na contemporaneidade.

Por tudo o que foi exposto, a utilização do conceito de interseccionalidade (COLLINS, 2020) mostrou-se indispensável para compreender como o racismo, o sexismo e o classismo convergem para produzir o desamparo e aprisionar essas mulheres na subalternidade, no estereótipo da "mulher forte" (Akotirene, 2019), uma herança colonial que desumaniza os corpos negros femininos.

Contudo, ao evidenciar o quanto as mulheres negras organizadas coletivamente contribuem para que os processos de resistência também se reconfigurem, percebemos que essas dinâmicas formativas possibilitam a reconstrução de suas identidades, provando que a periferia é solo fértil para a produção de conhecimento e gestão coletiva, desafiando, assim, o "olhar colonizador" (Ribeiro, 2020), que tenta deslegitimar as produções intelectuais fora dos grandes centros.

Em última análise, a experiência do Coletivo Mulheres do Salgueiro é resistência, pois, enquanto o sistema impõe a invisibilidade ou a morte, as mulheres negras florescem através da coletividade, do afeto e da educação crítica. As reflexões realizadas por esse Coletivo nas rodas de conversas pesquisadas demonstram que a educação popular é um caminho de emancipação coletiva. Em um contexto que insiste em subalternizar corpos negros e saberes periféricos, essas mulheres afirmam-se como sujeitos da sua história. Como ensina Freire (2013), a presença no mundo não deve ser de adaptação, mas de inserção transformadora,

rompe com o silenciamento da subalternidade discutido por Spivak (2014). Minha própria trajetória, da menina que subia em árvores à mãe solo trabalhadora e, finalmente, à pesquisadora militante, confirma que a produção de conhecimento é a ferramenta mais eficaz para "denunciar e anunciar" novas realidades.

Conclui-se, portanto, que a reescrita da história brasileira exige não apenas o reconhecimento das violências herdadas, mas o protagonismo político e epistemológico das mulheres periféricas. Apesar dos desafios impostos por uma sociedade que ainda naturaliza o "quartinho de empregada" e a negação de direitos, a resistência coletiva e os saberes ancestrais emergem como caminhos para a emancipação real. Em suma, este ensaio reafirma que nossos corpos e saberes têm dona: somos nós, e que a escrita de si é o percurso necessário para que as águas impetuosas da vida nos conduzam, finalmente, à dignidade e à liberdade plena.

REFERÊNCIAS

AKOTIRENE, Carla. **Interseccionalidade**. São Paulo: Sueli Carneiro; Pólen, 2019.

CARINE, Bárbara. **E eu, não sou uma intelectual?**: um quase manual de sobrevivência acadêmica. São Paulo: Planeta do Brasil, 2025.

COLLINS, Patricia Hill. **Pensamento feminista negro**: conhecimento, consciência e a política do empoderamento. Tradução de Jamille Pinheiro Dias. São Paulo: Boitempo, 2021.

COLLINS, Patricia Hill; BILGE, Sirma. **Interseccionalidade**. Tradução de Rane Souza. São Paulo: Boitempo, 2020.

DAVIS, Angela. **Mulheres, raça e classe**. Tradução de Heci Regina Candiani. 1. ed. São Paulo: Boitempo, 2016. Disponível em: https://piape.prograd.ufsc.br/files/2020/07/Angela-Davis-Mulheres-ra%C3%A7a-e-classe-Boitempo.pdf. Acesso em: 15 feb. 2026.

FERNANDES, Joyce (Preta Rara). **Eu, empregada doméstica**: a senzala moderna é o quartinho de empregada. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia**: saberes necessários à prática educativa. 45. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2013.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da indignação**: cartas pedagógicas e outros escritos. São Paulo: UNESP, 2000.

GOMES, Nilma Lino. **O movimento negro educador**: saberes construídos nas lutas por emancipação. Petrópolis, RJ: Vozes, 2017.

GONZALEZ, Lélia. **Por um feminismo afro-latino-americano**: ensaios, intervenções e diálogos. Organização de Flavia Rios e Márcia Lima. Rio de Janeiro: Zahar, 2021.

HOOKS, bell. **Ensinando a transgredir**: a educação como prática da liberdade. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla. São Paulo: Martins Fontes, 2013.

INSTITUTO DA MULHER NEGRA GELEDÉS. **Menos de 3% entre docentes da pós-graduação, doutoras negras desafiam o racismo na academia**. Geledés, 31 mar. 2019. Disponível em: https://www.geledes.org.br/menos-de-3-entre-docentes-da-pos-graduacao-doutoras-negras-desafiam-racismo-na-academia/. Acesso em: 20 feb. 2026.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro**: processo de um racismo mascarado. 3. ed. São Paulo: Perspectivas, 2016.

NASCIMENTO, Abdias. **O quilombismo**: documentos de uma militância pan-africanista. 3. ed. São Paulo: Editora Perspectiva, 2019.

OXFAM BRASIL. **Desigualdade S.A.**: como o poder corporativo divide nosso mundo e a necessidade de uma nova era de poder público. São Paulo: Oxfam Brasil, 2024. Disponível em: https://www.oxfam.org.br/. Acesso em: 10 oct. 2025.

RIBEIRO, Djamila. **Lugar de fala**. São Paulo: Sueli Carneiro; Editora Jandaíra, 2020.

RIBEIRO, Djamila. **Pequeno manual antirracista**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

SOUZA, Delles de Lean Rodrigues de; ARAÚJO, Jéssica Aparecida Lima. **Feminismo contemporâneo**: as mídias sociais como ferramentas de resistência. *In*: SEMANA DE HISTÓRIA DO PONTAL, VI.; ENCONTRO DE ENSINO DE HISTÓRIA, SOCIEDADE, CULTURA, V., 2018, Ituiutaba. **Anais...** Ituiutaba: UFU, 2018. Disponível em: https://eventos.ufu.br/shp-2018. Acesso em: 20 feb. 2026.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Tradução de Sandra Regina Goulart Almeida, Marcos Pereira Feitosa e André Pereira Feitosa. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2010.

Data do envio: 03/06/2026.

Data do aceite: 05/08/2026.